

## POLÍTICAS PÚBLICAS DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

 <https://doi.org/10.63330/armv1n5-007>

Submetido em: 13/07/2025 e Publicado em: 16/07/2025

**Edmilton Amaro da Hora Filho**

Doutor em Educação, UFPE

E-mail: [edmiltonamarodahorafilho@gmail.com](mailto:edmiltonamarodahorafilho@gmail.com)

LATTES: <http://lattes.cnpq.br/4933465694751176>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7586-7643>.

### RESUMO

As políticas públicas de avaliação da Educação Básica no Brasil constituem um importante instrumento de análise e intervenção na qualidade do ensino ofertado. A avaliação, enquanto prática pedagógica, visa compreender o nível de assimilação dos conteúdos pelos estudantes e direcionar o planejamento docente. No âmbito das políticas públicas, destacam-se as avaliações externas, como o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), elaborado pelo INEP, que engloba instrumentos como a Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb), a Prova Brasil e a Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA). Essas ferramentas buscam mensurar o desempenho estudantil em larga escala e identificar os fatores que influenciam os resultados educacionais. A partir dos dados do SAEB, foi criado o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), indicador que combina o rendimento escolar com os resultados das avaliações externas. O IDEB permite o acompanhamento evolutivo da qualidade da educação e auxilia na formulação de metas e políticas educacionais mais eficientes. Ambos os instrumentos se consolidam como fundamentais no processo de diagnóstico, monitoramento e melhoria das práticas educacionais, promovendo maior transparência e responsabilidade na gestão das redes de ensino. Assim, contribuem de forma significativa para o aprimoramento da educação pública brasileira.

**Palavras-chave:** Avaliação educacional; SAEB; IDEB; Qualidade do ensino; Políticas públicas.

### ABSTRACT

Public policies for evaluating basic education in Brazil are an important tool for analyzing and intervening in the quality of the education offered. Assessment, as a pedagogical practice, aims to understand the level of assimilation of content by students and guide teacher planning. In the context of public policies, external assessments stand out, such as the Basic Education Assessment System (SAEB), developed by INEP, which includes instruments such as the National Basic Education Assessment (Aneb), the Prova Brasil and the National Literacy Assessment (ANA). These tools aim to measure student performance on a large scale and identify the factors that influence educational results. Based on the SAEB data, the Basic Education Development Index (IDEB) was created, an indicator that combines school performance with the results of external assessments. The IDEB allows the quality of education to be monitored over time and helps formulate more efficient educational targets and policies. Both instruments have become fundamental in the process of diagnosing, monitoring and improving educational practices, promoting greater transparency and accountability in the management of education networks. They therefore make a significant contribution to improving public education in Brazil.

**Keywords:** Educational evaluation; SAEB; IDEB; Teaching quality; Public policies.



## 1 INTRODUÇÃO

A avaliação da aprendizagem constitui uma das dimensões mais significativas do processo educacional, pois permite diagnosticar o desenvolvimento dos estudantes, redirecionar práticas pedagógicas e fundamentar decisões no âmbito escolar. No contexto das políticas públicas, a avaliação também assume um papel estratégico ao fornecer dados sobre o desempenho das redes de ensino e subsidiar a formulação de ações voltadas à melhoria da qualidade da Educação Básica. No Brasil, a consolidação de um sistema nacional de avaliação teve início a partir dos anos 1990, com a criação do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), sob responsabilidade do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

O SAEB representa um importante marco na política educacional brasileira ao oferecer uma análise sistemática e periódica do desempenho dos estudantes em larga escala, por meio da aplicação de provas padronizadas e questionários contextuais. Ao longo dos anos, o sistema passou a incorporar diferentes instrumentos, como a Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb), a Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA) e a Prova Brasil, ampliando sua capacidade diagnóstica e contribuindo para a identificação de desigualdades educacionais.

Com base nos resultados do SAEB, foi instituído o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), indicador que combina o rendimento escolar (aprovação e reprovação) com o desempenho nas avaliações externas. O IDEB passou a ser um parâmetro oficial de qualidade educacional, permitindo o estabelecimento de metas para escolas, redes de ensino e sistemas educacionais em diferentes níveis federativos. Além de mensurar o desempenho acadêmico, esse índice contribui para a construção de uma cultura de monitoramento e responsabilização, orientando políticas públicas mais eficazes.

Nesse sentido, a compreensão do papel das avaliações externas — em especial do SAEB e do IDEB — é fundamental para analisar os rumos da educação brasileira e refletir sobre os desafios que ainda persistem na garantia de uma educação de qualidade. Este trabalho propõe-se a discutir as políticas públicas de avaliação da Educação Básica no Brasil, destacando a importância desses instrumentos na identificação de lacunas educacionais e no aprimoramento das práticas pedagógicas, bem como seu papel na gestão das redes de ensino e na promoção da equidade educacional. Nosso objetivo foi o de analisar o papel das políticas de avaliação da Educação Básica no Brasil, com foco no SAEB e no IDEB, e sua contribuição para a melhoria da qualidade do ensino compreendendo o conceito de avaliação no contexto educacional e sua função pedagógica.

## 2 METODOLOGIA

A presente pesquisa foi conduzida com base em uma abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica, tendo como objetivo central a análise crítica das políticas públicas de avaliação da Educação



Básica no Brasil, com ênfase nos instrumentos SAEB e IDEB. Essa metodologia possibilita uma compreensão interpretativa e aprofundada dos significados atribuídos às práticas avaliativas no contexto educacional, especialmente no que se refere ao seu impacto sobre a qualidade do ensino e à gestão das redes escolares.

A escolha da pesquisa bibliográfica justifica-se pela necessidade de reunir e examinar produções teóricas e documentos oficiais que abordam a temática da avaliação educacional. Foram consultadas obras de autores especializados no assunto, artigos científicos, legislações educacionais e documentos institucionais disponibilizados pelo Ministério da Educação (MEC) e pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Esse material foi fundamental para o embasamento teórico e para a construção de uma análise crítica sobre os objetivos, os alcances e os limites dos instrumentos avaliativos em larga escala.

A pesquisa qualitativa, por sua vez, permite interpretar os dados e conteúdos a partir de um olhar contextualizado, considerando os aspectos sociais, políticos e pedagógicos que atravessam as políticas públicas de avaliação. A análise buscou compreender como os resultados das avaliações externas, como o SAEB e o IDEB, têm sido utilizados nas tomadas de decisão educacionais, bem como as possíveis implicações dessas práticas na promoção da equidade e na democratização do ensino.

A coleta dos dados teóricos foi realizada mediante a seleção criteriosa de fontes acadêmicas e normativas atualizadas, privilegiando aquelas que tratam das funções pedagógicas e institucionais da avaliação. Dentre os principais referenciais utilizados, destacam-se os documentos oficiais do INEP referentes ao funcionamento do SAEB e do IDEB, além de estudos como os de Luiz Carlos de Freitas, que problematizam os usos e limitações das avaliações externas na educação pública.

A análise dos dados consistiu em um processo interpretativo que articulou o conteúdo dos documentos normativos às reflexões teóricas sobre avaliação, qualidade do ensino e gestão educacional. Essa articulação permitiu identificar tensões e contradições presentes nas práticas avaliativas, destacando tanto suas contribuições para o monitoramento da aprendizagem quanto os desafios relacionados à sua função social, como o risco de ranqueamento das escolas e a redução da complexidade dos processos educativos.

### **3 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Ao falarmos em avaliação, consideramos as estratégias voltadas à definição de parâmetros que indicam a qualidade do ensino. Nesse sentido, as avaliações externas surgem como instrumentos utilizados para mensurar a qualidade — ou a ausência dela — no sistema educacional brasileiro.



No exercício da docência, a avaliação tem como objetivo principal compreender se o aluno assimilou ou não os conteúdos trabalhados em sala de aula, identificando o que foi aprendido, como esse aprendizado ocorreu e de que forma o estudante é capaz de expressar o conhecimento adquirido.

O processo avaliativo inicia-se com a coleta de dados sobre uma determinada realidade. A partir disso, torna-se possível elaborar um diagnóstico da situação observada. Em seguida, é possível problematizar os dados obtidos, refletir sobre estratégias de melhoria e traçar metas viáveis para alcançar os objetivos desejados.

A avaliação da aprendizagem assume múltiplas formas, cada qual orientada por objetivos e momentos distintos ao longo do percurso educacional. A avaliação somativa, comumente aplicada em exames finais, centra-se na atribuição de notas e na decisão de aprovação ou reprovação. Já a avaliação formativa acontece de modo contínuo durante o período letivo, com foco na melhoria do processo de ensino e aprendizagem por meio de devolutivas constantes.

A avaliação diagnóstica, por sua vez, é realizada no início do ciclo escolar, permitindo detectar deficiências e orientar intervenções pedagógicas precoces. A avaliação socioemocional, integrada à proposta de educação integral, investiga competências emocionais e sociais por meio de questionários respondidos pelos próprios estudantes e por adultos de referência.

A avaliação comparativa busca identificar a distância entre o conhecimento atual e o esperado, viabilizando a reorientação das práticas pedagógicas. Já a autoavaliação promove o exercício reflexivo do aluno sobre sua própria trajetória de aprendizagem. Por fim, a avaliação por observação direta do professor baseia-se no acompanhamento do comportamento e da participação dos alunos, contribuindo para decisões pedagógicas e, em alguns casos, para a composição da nota final. Em conjunto, essas práticas demonstram o potencial da avaliação como instrumento formativo e transformador, para além da simples verificação de resultados. Por fim, esse processo possibilita intervir no cenário analisado. Essa lógica de avaliação também se aplica aos exames em larga escala, ou avaliações externas, utilizados na Educação Básica no Brasil.

No campo educacional, contamos com o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), desenvolvido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Esse sistema engloba diversos processos avaliativos, como a Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb), instituída em 1990; a Prova Brasil, implementada em 2005; e a Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA), criada em 2013. Segundo Freitas (2012), as avaliações externas permitem diagnosticar o desempenho educacional de forma ampla, mas devem ser interpretadas com cautela, levando em conta os contextos socioeconômicos das escolas.

A Prova Brasil é aplicada nos anos finais do Ensino Fundamental, especificamente no 5º e 9º anos, abrangendo estudantes de toda a rede pública de ensino.



O Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) é uma das principais ferramentas utilizadas para aferir a qualidade do ensino no Brasil. Sua função é fornecer subsídios que auxiliem na formulação, monitoramento e aprimoramento de políticas educacionais, permitindo uma análise mais precisa do desempenho dos estudantes em diferentes etapas da Educação Básica. Essa avaliação em larga escala contempla componentes como provas padronizadas e questionários contextuais, que são aplicados a alunos, professores, gestores e escolas, visando compreender tanto os resultados de aprendizagem quanto os fatores que os influenciam.

Desde sua implementação, o SAEB vem sendo aperfeiçoado com o objetivo de ampliar sua abrangência e aprofundar a análise dos dados coletados. A estrutura do sistema inclui avaliações como a Aneb (Avaliação Nacional da Educação Básica), a Anresc (conhecida como Prova Brasil) e a ANA (Avaliação Nacional da Alfabetização), compondo um panorama detalhado da realidade educacional do país. Por meio dessas avaliações, é possível diagnosticar os avanços e desafios enfrentados pelas redes de ensino, servindo como base para a definição de estratégias pedagógicas e políticas públicas mais eficazes.

A partir dos dados obtidos pelo SAEB, foi criado o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), que sintetiza os resultados das avaliações externas e as taxas de rendimento escolar, como aprovação e reprovação. O IDEB é um indicador bienal que permite acompanhar, de forma objetiva, a evolução da qualidade do ensino nas escolas públicas e privadas. Sua criação tem como propósito não apenas medir, mas também induzir melhorias, ao estabelecer metas graduais de desempenho para cada unidade de ensino e rede educacional.

O IDEB se destaca por sua capacidade de combinar o desempenho acadêmico dos estudantes com o fluxo escolar, oferecendo uma visão mais ampla sobre a efetividade do processo educativo. Com ele, é possível identificar escolas e redes que apresentam bons resultados e aquelas que necessitam de maior atenção, contribuindo para uma gestão educacional mais eficiente e fundamentada em evidências concretas.

Assim, tanto o SAEB quanto o IDEB são instrumentos fundamentais para orientar o planejamento e a execução de políticas educacionais, colaborando diretamente para a melhoria da qualidade da Educação Básica no Brasil. Esses mecanismos reforçam a importância da avaliação como ferramenta de diagnóstico, reflexão e intervenção no processo de ensino-aprendizagem.

A divulgação dos resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), nos últimos anos, tem incentivado um processo de ranqueamento das escolas. Essa prática baseia-se na colocação das instituições em uma espécie de hierarquia, construída a partir dos resultados obtidos nas avaliações externas.

Embora as avaliações sejam instrumentos fundamentais para o diagnóstico da educação no país e para o acompanhamento do desenvolvimento escolar, a utilização desses resultados como base para a comparação entre escolas pode gerar efeitos indesejáveis. A lógica da competição, quando aplicada à



educação pública, tende a desconsiderar os contextos sociais, econômicos e estruturais que influenciam diretamente o desempenho das instituições e de seus estudantes.

O objetivo central da avaliação educacional não deve ser a classificação das escolas, mas sim a identificação de suas dificuldades e potencialidades no processo de ensino-aprendizagem. O foco precisa estar voltado para a promoção de melhorias, para a garantia da aprendizagem e para o fortalecimento do direito à educação com equidade.

Outra crítica relevante aos atuais modelos de avaliação diz respeito à limitação dos instrumentos aplicados, que buscam aferir apenas uma apreensão mínima do currículo escolar. Essa abordagem reduz a complexidade do processo educativo, considerando que o currículo proposto é amplo, diversificado e exige múltiplas competências que vão além dos aspectos mensuráveis por testes padronizados.

Dessa forma, a avaliação, em muitos casos, tem sido estruturada para identificar o mínimo exigido dos estudantes, e não para reconhecer ou potencializar o máximo de suas capacidades. Tal concepção empobrece o sentido formativo da avaliação e compromete seu papel no fortalecimento de uma educação democrática e de qualidade para todos.

#### **4 CONCLUSÃO**

As políticas públicas de avaliação da Educação Básica, representadas especialmente pelo SAEB e pelo IDEB, desempenham papel central na construção de uma educação pública mais equitativa e de qualidade no Brasil. Ao proporcionar diagnósticos abrangentes sobre o desempenho dos estudantes e as condições de ensino, esses instrumentos se configuram como ferramentas essenciais para a gestão educacional e a formulação de políticas públicas.

O SAEB, por meio de suas múltiplas avaliações, permite mapear os avanços e desafios enfrentados pelas redes de ensino, enquanto o IDEB sintetiza essas informações em um indicador acessível e comparável ao longo do tempo. Juntos, contribuem para o estabelecimento de metas, o acompanhamento do progresso educacional e o fortalecimento da accountability nas esferas educacionais.

No entanto, é fundamental que tais avaliações sejam compreendidas não apenas como instrumentos de controle, mas como aliados no aprimoramento da prática pedagógica e na promoção da aprendizagem significativa. A partir da utilização crítica e consciente desses dados, é possível caminhar rumo a uma educação mais inclusiva, democrática e eficiente, em consonância com os princípios constitucionais de garantia do direito à educação para todos.

As políticas públicas de avaliação da Educação Básica, sobretudo por meio do SAEB e do IDEB, ocupam papel estratégico na construção de uma educação pública orientada por dados, metas e diagnósticos precisos. Esses instrumentos, ao longo dos anos, contribuíram para ampliar a visibilidade sobre os desafios enfrentados pelas escolas brasileiras e auxiliaram na formulação de políticas públicas mais embasadas. No



entanto, é imprescindível que essas avaliações sejam compreendidas para além de sua função classificatória, evitando práticas de ranqueamento que ignoram as desigualdades históricas e estruturais presentes nas redes de ensino.

A avaliação educacional deve ser utilizada como uma ferramenta de escuta institucional, capaz de revelar as necessidades reais dos estudantes, professores e gestores. Isso significa adotar uma abordagem mais formativa, voltada para a melhoria contínua da prática pedagógica, em vez de concentrar esforços em resultados meramente quantitativos e comparativos.

Reconhecer as limitações das avaliações externas, bem como suas potencialidades, é fundamental para garantir que elas cumpram sua função social de promover o direito à educação com qualidade e equidade. Assim, mais do que medir desempenhos, a avaliação deve servir como instrumento de transformação pedagógica e política, contribuindo para uma escola democrática, inclusiva e comprometida com o desenvolvimento integral dos sujeitos.



## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB. Brasília, DF: INEP, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/saeb>. Acesso em: 26 jun. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB. Brasília, DF: INEP, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/ideb>. Acesso em: 26 jun. 2025.

FREITAS, Luiz Carlos de. Qualidade da educação: consenso ou conflito? Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 42, n. 145, p. 303–321, jul. 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742012000200006>.

SILVA, Tomaz Tadeu da. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.